



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# **11ª Reunião Ordinária**

## **Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)**

**24 de abril de 2006**

**BRASÍLIA-DF  
2006**



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

### MINUTA

#### ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

**ABERTURA** — Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, no Auditório – térreo / Bloco “A”, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, realizou-se a 11ª RO do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial — CNPIR, com a presença dos seguintes representantes do Governo Federal e da Sociedade Civil: **Ivanise Knapp** - Ministério do Meio Ambiente; **Celso Lourenço Moreira Corrêa** - Casa Civil; **Renata Leite** - Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Andréa Giovannetti** - Ministério das Relações Exteriores; **Meyre France Leão** – Ministério dos Esportes; **Andréia Michele do Nascimento** – Ministério da Ciência e Tecnologia; **Edimilson Silva Vasconcelos** – Ministério das Cidades; **Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves** – Ministério do Desenvolvimento Social; **Eunice Léa de Moraes** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Déborah Silva Santos** – Ministério da Educação; **Regima Adami** – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; **Ivanildo Franzosi** – Casa Civil; **Teresinha G. Magliá** – Ministério da Justiça; **Ministra Matilde Ribeiro** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; **Emir Mourad** – Confederação Árabe Palestino do Brasil – COPAL, suplente; **Ernesto Luiz P. Filho** – CNAB, suplente; **Anita Schuartz** – Confederação Israelita do Brasil – CONIB, titular; **Paulomary dos Santos** – Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ, suplente; **Silvia Julião Marcelino** – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR, titular; **João Bosco de Oliveira Borba** – Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro-brasileiros – ANCEABRA, titular; **Ana Lúcia Pereira** – Agentes de Pastorais Negros – APNS, suplente; **Sérgio Niskler** - Confederação Israelita do Brasil – CONIB, suplente. E na qualidade de observadores : **Luiz Fernando da Silva Martins**, Ouvidor – SEPPIR; **Olanise Santos**, Assessora Técnica – SEPPIR. **ITEM I — INFORMES:** A Secretária Executiva, **Oraida Abreu**, após a abertura da reunião, procedeu a leitura das correspondências recebidas pelo CNPIR no período e reafirmou a necessidade de observância às normas administrativas no que se refere à devolução dos comprovantes de viagens e respectivo relatório, solicitando aos Conselheiros que divulgassem entre seus pares, para evitar problemas por ocasião das convocações, já que a inadimplência junto ao Ministério da Justiça, de fato, impede a liberação das passagens solicitadas. O Conselheiro **Ernesto Luiz** sugeriu a convocação de reunião extraordinária, com pauta exclusiva para avaliação do andamento do CNPIR. Em seu entendimento não só as pendências em relação aos bilhetes aéreos seriam responsáveis pelo esvaziamento do Plenário, existiria sim uma insatisfação generalizada. Concluiu sugerindo que até o final do dia avaliassem esse ponto. A Conselheira **Anita Schuartz** solicitou que se incluísse nas discussões a carta enviada pelo Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte**, que apresentou um demonstrativo das despesas efetuadas para participação nas reuniões do CNPIR, explicitando a incompatibilidade entre os

37 gastos realizados e a diária recebida. A Conselheira considerou assunto de extrema relevância, já que a  
38 situação relatada na correspondência referida, é comum a todos os Conselheiros. **Encontros Regionais**  
39 **do FIPPIR** — Sandra Teixeira, Chefe de Gabinete, atual coordenadora do FIPPIR, apresentou um breve  
40 panorama dos Encontros Regionais realizados anteriormente, ressaltando a baixa adesão na Região  
41 Sul. Os Encontros têm se caracterizado como espaço para troca de experiências e avaliação das ações  
42 em curso. Constatou-se que em somente 15% dos municípios integrantes do FIPPIR existiam  
43 comunidades quilombolas. Estariam trabalhando no sentido de superar este quadro, bem como, para a  
44 inclusão de ações voltadas à juventude negra urbana. O Primeiro Encontro Regional foi o da Região  
45 Centro-Oeste, aconteceu em Goiânia, os próximos: Região Sul, em Itajaí, 27 a 29/04; Nordeste, em  
46 Recife, e a 06/05 e Norte, em Palmas, 19 a 20/05. O maior índice de adesões estaria localizado na  
47 Região Nordeste, destacando-se o Estado do Maranhão, com um total de \_\_\_\_\_ Municípios. O Plano  
48 Estadual de Promoção da Igualdade Racial estaria concluído e o lançamento previsto para o mês de  
49 maio. Informou, ainda, que no mês de junho acontecerá o Encontro Nacional do FIPPIR, em Brasília. O  
50 Conselheiro **Emir Mourad** solicitou a parte, chamou a atenção de todos para observância ao **Regimento**  
51 **Interno**, alegou baixa frequência, procedeu a leitura do artigo que trata do tema e pediu verificação do  
52 quorum. A Conselheira **Anita Schuartz** ratificou o posicionamento do referido Conselheiro, destacou a  
53 baixa participação o que denotaria desinteresse e afirmou que estariam sentindo a falta dos demais  
54 Conselheiros. A Conselheira **Ivanise Knapp**, sugeriu reiniciar a reunião à tarde, o que foi acatado pelos  
55 presentes. Deliberou-se por dar continuidade, com a reflexão sobre pontos elencados nos informes e no  
56 período da tarde, caso houvesse quorum, a reunião seria instalada. O Conselheiro **Paulomary Santos**  
57 referiu-se às condições para deslocamento dos Conselheiros representantes dos quilombolas, que  
58 gastam em média R\$ 200,00 para chegar até ao aeroporto de suas localidades, despesa esta que a  
59 diária não cobre. O subsecretário de Planejamento **Antonio Pinto** apontou as dificuldades existentes na  
60 legislação, que não contemplariam as diversidades do país, essa dinâmica é controlada pela legislação  
61 vigente. A Conselheira **Renata Leite** ponderou que os problemas hoje existentes nos Conselhos em  
62 geral seriam de ordem administrativa, no que tange à organização, enfim o que chamou de nosso dever  
63 de casa. O outro problema seria o político, e referia-se a participação dos Conselheiros, sugeriu a  
64 criação de uma comissão para a elaboração da pauta, numa perspectiva pró-ativa. Deveriam ser  
65 retomadas as Câmaras Setoriais, estas não só reativariam como ampliariam a participação dos  
66 Conselheiros. O Conselheiro **Emir Mourad** concordou com as colocações feitas pelo subsecretário  
67 **Antonio Pinto**, entretanto, não considerava que a questão administrativa pudesse explicar o  
68 esvaziamento do Conselho, não poderíamos imputar tal esvaziamento às pendências. Após a  
69 prorrogação do mandato dos Conselheiros houve o esvaziamento, em sua avaliação a questão política  
70 estaria permeando o esvaziamento da reunião. Disse ainda, que parecia ter havido alguma mudança  
71 interna da SEPPIR, parece que as opiniões em relação ao papel do Conselho eram divergentes. Afirmou  
72 que da parte dos Conselheiros existia a vontade política para uma efetiva participação neste tempo que  
73 resta. Considerava oportuno atrelar a prorrogação do mandato ao papel do Conselho. Estaria faltando  
74 vontade política da SEPPIR para definir o papel do Conselho, entretanto, fez a ressalva, por não viver o  
75 cotidiano da Secretaria não dispunha de elementos para tal afirmação. Concluindo, reafirmou a  
76 importância de se rever o papel do Conselho. Para o Conselheiro **Ernesto Luiz** a responsabilidade

77 estaria dos dois lados, SEPPIR e Conselho, a fala do subsecretário **Antonio Pinto** foi muito oportuna,  
78 seria importante que todos observassem a prestação de contas das passagens, torna-se necessária a  
79 consciência que lidamos com dinheiro público. Quanto à questão política, disse que faltava a SEPPIR  
80 confiar mais no Conselho, este poderia contribuir, por exemplo, nos problemas relacionados à gestão. A  
81 SEPPIR precisaria ampliar a relação de confiança com o Conselho, detalhando suas fragilidades. A hora  
82 seria de união de esforços, existiria uma luta política a ser enfrentada, para tanto, seria necessário que o  
83 debate acontecesse no interior do Conselho. Assim, todos sairiam fortalecidos, o Conselho valorizado, e  
84 cada um cumpriria o seu papel, afinal, os Conselheiros precisariam prestar contas à sociedade. O  
85 Subsecretário Antonio Pinto disse ter falado só do administrativo, não falou do político. Embora não  
86 acompanhasse o cotidiano do Conselho, poderia afirmar que a Direção se empenhava bastante, a  
87 Senhora Ministra embora com uma agenda pesada, sempre priorizou as reuniões do Conselho. Em  
88 relação à reunião de hoje, ressaltou a importância e a urgência da convocação, existia um fato político  
89 importante, seminário sobre PL na Câmara, portanto caso a reunião acontecesse na próxima semana,  
90 poderíamos perder a oportunidade. O Conselho não era passivo, desenvolveu até então um papel  
91 fundamental na construção da PPIR, foi na Conferência e agora ao FIPPIR. Reafirmou a importância de  
92 observar o Regimento, para que fosse instalada a reunião à tarde. Ressaltou a importância do tema de  
93 amanhã, e conclamou aos Conselheiros a darem um tratamento político à questão. A Conselheira  
94 **Ivanise Knapp** sugeriu que as instituições fossem informadas sobre a inadimplência de seus  
95 representantes. A Conselheira **Andréa Giovannetti**, disse que as acusações mútuas favoreceriam  
96 apenas os nossos adversários, o assunto pautado para a tarde é de fundamental importância. O  
97 mandato atual, final de gestão, seria gravíssimo para o esvaziamento do Plenário, a SEPPIR e o  
98 Conselho estariam em risco, por ser ano eleitoral. Sugeriu que o tempo disponível fosse usado para  
99 dinamizar o Conselho de maneira rápida e urgente. Afirmou que o MRE apoiava todos os projetos da  
100 SEPPIR, e ressaltou a importância em reafirmar o atual momento, para que os Conselheiros tivessem  
101 mais eficiência e aqueles que tivessem suas bases, pudessem dar o retorno devido. Finalizando, apelou  
102 a todos para pensar o que poderia ser feito para revigorar o Conselho. A Subsecretária **Maria Inês**, em  
103 sua avaliação, considerou que o papel do Conselho estaria explicitado, o momento caracterizava-se  
104 como um processo em construção. O papel do Conselho constava do Regimento Interno e da Legislação  
105 que o criou, ressaltou a importância de definir os papéis, a reflexão deveria se pautar nas dificuldades  
106 para o cumprimento desse papel. Afirmou que a participação dos Conselheiros foi fundamental ao GTI,  
107 para a construção do Plano Nacional, o papel enquanto Sociedade Civil, foi importantíssimo. Face ao  
108 esvaziamento do Plenário, ficou acordado que a Subsecretária **Maria Inês** faria a sua fala a tarde. **ITEM**  
109 **II — Projeto de Lei 73/99:** Às 15:30h a reunião iniciou-se sob a coordenação da Ministra **Matilde**  
110 **Ribeiro**, que reafirmou a importância do momento político, o que motivou a pauta do segundo dia de  
111 reunião. O Conselho participaria do Seminário sobre o PL, promovido pela Comissão de Educação e  
112 Cultura da Câmara dos Deputados, dada a relevância do tema. Em seguida passou a palavra ao **Frei**  
113 **David**, que apresentou o levantamento feito pela Educafro e afirmou existir no país cerca de 32  
114 universidades e instituições públicas que adotavam Ações Afirmativas, o material apresentado segue  
115 anexado a esta ATA. Solicitou à Ministra **Matilde Ribeiro** um levantamento do número de alunos negros,  
116 indígenas e da rede pública, que estariam entrando nas universidades públicas, excluindo o PROUNI. Na

117 seqüência, a Conselheira **Deborah Santos**, consultora para gênero e raça, da SESU, Ministério da  
118 Educação, apresentou dados referentes à educação no país. Destacou que 72% do ensino superior  
119 estaria concentrado nas escolas privadas, 28% nas escolas públicas. Segundo estudos realizados pelo  
120 Ministério da Educação, 25 universidades têm sistema de reserva de vagas. Entretanto, afirmou haver  
121 necessidade de se definir outras estratégias para o monitoramento dessas ações, visto que não  
122 dispomos de lei que defina este levantamento nas instituições de ensino superior. **Ângelo Roger de**  
123 **França Costa**, representante do Corpo Discente – bolsista do Programa Afroatitudo/UnB, fez uma  
124 análise qualitativa do sistema de cotas e o respectivo impacto na comunidade acadêmica da UnB. Os  
125 cotistas ampliaram a sua auto-estima, o ambiente na universidade vem mudando, a presença negra,  
126 mesmo silenciosa, força a universidade a falar dessa questão. O Projeto Afroatitudo estaria acontecendo  
127 em 11 universidades brasileiras, que aderiram ao sistema de cotas, desenvolvendo pesquisas com  
128 recursos oriundos do Ministério da Saúde. Informou, ainda, que na reunião da SBPC foram apresentadas  
129 32 pesquisas focadas na temática racial. A Ministra **Matilde Ribeiro** reafirmou o propósito da reunião,  
130 convocada próximo ao Seminário, considerando o senso de oportunidade que se tem em relação às  
131 políticas públicas. Disse, ainda, que respeitar os preceitos constitucionais e garantir oportunidades para  
132 todos mexe no cerne da luta de classes, dos direitos sociais e dos direitos políticos. Fez alusão às  
133 recentes matérias publicadas em veículos de grande circulação nacional e no sentido de socializar, bem  
134 como, enriquecer a argumentação, citou algumas perguntas recorrentes nos debates que tem  
135 participado: a) Por quê é necessário ainda um órgão no Governo Federal para tratar de igualdades, isto  
136 não fere a Constituição?; b) Não estaríamos discriminando os brancos ao dar ênfase à inclusão de  
137 negros e indígenas no ensino superior? Os cotistas teriam real condição de inserção nas universidades?;  
138 c) Vocês não estariam contribuindo para desqualificar o ensino público, garantindo vagas para negros,  
139 indígenas e alunos oriundos de escolas públicas, os quais não estariam a altura das Universidades  
140 Públicas; d) Vocês estariam incitando o ódio racial no país. O Governo brasileiro estaria distorcendo a  
141 ordem. Finalizando, ressaltou a importância de leis que garantissem a permanência dos alunos cotistas,  
142 seria fundamental garantir recursos acoplados aos direitos. Informou, ainda, que a Secretaria estaria  
143 monitorando outros Projetos de Lei, ora tramitando no Congresso Nacional: o Estatuto da Igualdade  
144 Racial, Anistia Pós Morte a João Cândido, além do PL em discussão, os três somariam um importante  
145 arcabouço legal para ampliação das políticas públicas na perspectiva de uma ação de Estado. Na  
146 seqüência, foi aberta a palavra ao Plenário, o Conselheiro **João Bosco** considerou positiva a percepção  
147 do **Ângelo Roger**, referiu-se ao episódio ocorrido no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,  
148 quando arguiu o Ministro da Educação, Fernando Hadad sobre a matéria, entretanto, para sua surpresa,  
149 foi o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quem respondeu, afirmando que a política de cotas tem  
150 prioridade no Brasil. Disse também que sua organização tem buscado financiamento internacional para  
151 incubação de empresas para estudantes cotistas, reforçou a necessidade de pressão política. **Frei David**  
152 alertou para a importância de mobilização para atos na Câmara, afirmando que a presença do povo  
153 circulando na Casa, garantiria a presença dos deputados no debate. Falou dos resultados positivos da  
154 pesquisa realizada pela Educafro em parceria com a AGERE, para saber opinião dos deputados sobre  
155 cotas, a estratégia estaria funcionando, os partidos estariam chamando para si a decisão. Quanto ao  
156 recente artigo desairoso publicado na Folha de S. Paulo, o volume de e-mails contrários foi tamanho,

157 que foi-lhe concedido o direito de resposta, sugeriu que adotássemos como estratégia o envio de e-mails  
158 para deputados e para imprensa em geral, conclamou a todos que levassem essa idéia para suas  
159 organizações. Indicou o site [www.adami.com.br](http://www.adami.com.br) para acessar o filme onde a **Ministra Matilde Ribeiro**  
160 aborda a temática em discussão. A Secretária Executiva informou sobre recentes resoluções do FNDE,  
161 disponibilizando recursos para municípios que aderiram ao FIPPIR, maiores informações poderiam ser  
162 obtidas no site do Ministério da Educação e da SEPPIR. O Conselheiro **Ernesto** propôs uma moção de  
163 apoio ao PL 73/99, a ser enviada ao presidente da Câmara e aos demais deputados, o que foi aprovado  
164 por unanimidade. Os Conselheiros **Sérgio Niskieir, João Bosco e Emir Mourad** integraram comissão  
165 para redigir o citado documento. A Conselheira **Anita Schuartz** registrou sua opinião, naquele momento,  
166 diferente da posição adotada no período da manhã. Após esta discussão sentia-se motivada. Citou como  
167 exemplo o trabalho realizado pela Unib há doze anos, envolvendo a capacitação profissional para jovens  
168 carentes, com foco na população negra. Após a conclusão do curso de 700 horas, ocorreria o estágio em  
169 empresas, paralelamente haveria o efetivo acompanhamento dos jovens e respectivas famílias ao longo  
170 de um ano, citou o endereço da Unib para maiores informações, Rua Pedro Vicente, nº 550 – São Paulo-  
171 SP. O Conselheiro **Ernesto Luiz** submeteu à apreciação do Plenário proposta da Comissão  
172 Temporária/Questão Palestina, que define, 31 de agosto de 2006, data limite para o término dos  
173 trabalhos da citada Comissão, havendo possibilidade de prorrogação, caso necessário. Informou,  
174 também, que a Conselheira **Lúcia Xavier** seria o quinto nome a compor a aludida Comissão na  
175 qualidade de relatora, o que foi acatado pelo Plenário. **ITEM III — PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO**  
176 **DA IGUALDADE RACIAL:** a Subsecretária de Ações Afirmativas, **Maria Inês Barbosa**, discorreu sobre  
177 o Plano Nacional, destacando o enfoque a ser dado pela Secretaria nos encaminhamentos pertinentes.  
178 Estaria prevista uma oficina com o Ministério do Planejamento para discutir a transversalidade, no  
179 sentido de reforçar a estratégia para implementação desta política. Em seu entendimento este seria o  
180 papel que a SEPPIR teria a cumprir. Informou sobre a criação do Programa de Ações Afirmativas para  
181 monitorar os recursos em execução nos outros Ministérios. Por solicitação do Plenário foi acordado com  
182 a Subsecretária a realização de uma oficina sobre o Plano, na próxima Reunião Ordinária, para definição  
183 das Comissões que farão o monitoramento e também para que os Conselheiros se apropriem da  
184 discussão. Os Conselheiros apontaram também a necessidade de se fazer reunião com os  
185 representantes de Governo, para avaliar participação nas reuniões do CNPIR; a SEPPIR avaliaria  
186 também o papel do Conselho; sugeriram a convocação de uma reunião extraordinária com metodologia  
187 própria para definir o papel do Conselho, grandes projetos nacionais, Conferência das Américas bem  
188 como a agenda até o final do ano. A luta política precisaria ser explicitada internamente, aconteceram  
189 duas marchas em novembro, que dividiram o movimento, trazendo repercussões para o Conselho. Os  
190 Conselheiros com pendências deverão resolvê-las para permitir o funcionamento do Pleno, afirmaram a  
191 existência de dois problemas: administrativo e político. Foi sugerido também o levantamento das faltas  
192 sem justificativas, observando-se o preconizado no Regimento Interno. O Conselheiro **Ernesto** sugeriu  
193 também a revisão da estrutura da Secretaria Executiva, por considerá-la incipiente para atender a  
194 demanda do Conselho. **ITEM IV —ENCAMINHAMENTOS:** Realização de uma reunião extraordinária, no  
195 prazo máximo de 30 dias, convocando os Conselheiros titulares e suplentes, com a seguinte pauta:  
196 oficina sobre o Plano Nacional; resgatar as Comissões Temáticas; definição e avaliação do papel do

197 Conselho; construção de uma agenda estratégica até o final da gestão. **ENCERRAMENTO** — Nada  
198 mais havendo a tratar, a Secretária Executiva, **Oraida Abreu**, encerrou os trabalhos da 11ª Reunião  
199 Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial — CNPIR, lavrou-se a presente ATA,  
200 que depois de aprovada será assinada pela Presidenta do Conselho, Senhora **Ministra Matilde Ribeiro**  
201 e rubricada pelos demais Conselheiros para que se produza o seu efeito legal.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR  
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

**11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial**

Data: 24/04/2006  
Local: Auditório \_ Térreo Bloco A  
Esplanada dos Ministérios

**PAUTA**

- 10:00h - Abertura
- 10:15h - Informes
- Encontros Regionais do FIPPIR
  - Encontro Nacional do FIPPIR
  - Comissão Temporária / CNPIR
- 11:00h - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
Maria Inês Barbosa – Subsecretária de Ações Afirmativas - SEPPIR
- 13:30h - Almoço
- 15:00h - Projeto de Lei 73/99  
Expositores:  
Frei David – **Educafro**  
Deborah Silva Santos – **Ministério da Educação**  
Afroatitudo – **UNB**  
**Coordenação:** Ministra Matilde Ribeiro  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
- 18:00h - Encaminhamentos Gerais
- 19:00h - Encerramento



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR  
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

**11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial**

Data: 24/04/2006  
Local: Auditório \_ Térreo Bloco A  
Esplanada dos Ministérios

**PAUTA**

- 10:00h - Abertura
- 10:15h - Informes
- Encontros Regionais do FIPPIR
  - Encontro Nacional do FIPPIR
  - Comissão Temporária / CNPIR
- 11:00h - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
Maria Inês Barbosa – Subsecretária de Ações Afirmativas - SEPPIR
- 13:30h - Almoço
- 15:00h - Projeto de Lei 73/99  
Expositores:  
Frei David – **Educafro**  
Deborah Silva Santos – **Ministério da Educação**  
Afroatitude – **UNB**  
**Coordenação:** Ministra Matilde Ribeiro  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
- 18:00h - Encaminhamentos Gerais
- 19:00h - Encerramento